

O papel da educação para combater a intolerância direcionada a imigrantes e refugiados negros: Reflexões à luz dos desafios contemporâneos da educação e formação de professores

Ariel Pereira da Silva Oliveira¹

Ideni Terezinha Antonello²

Resumo: A migração é um fenômeno social complexo, pois se relaciona com outros processos como os de natureza econômica, política, social e cultural. A diversidade referente às formas como o fenômeno migratório pode se manifestar impõe um desafio a gestores, governantes e estudiosos do tema, uma vez que coloca em xeque certezas e modelos até então estabelecidos e exige um constante estudo das tendências e implicações dos fluxos contemporâneos. Nesse cenário, instituições sociais como a família, a igreja e a escola não passam alheio ao fenômeno. No caso da escola, sabe-se que ao longo da história exerceu diferentes papéis na sociedade, atualmente apresenta grande potencialidade para: assegurar o direito à educação de forma igualitária, formando o indivíduo com criticidade e autonomia; contribuir para o desenvolvimento da sociedade; socializar o conhecimento científico e artístico historicamente produzido, entre outros. Assim, em um cenário onde a diversidade humana ganha cada vez mais nitidez, também deve refletir sobre as implicações da presença cada vez mais comum de crianças e jovens oriundos de diferentes partes do país e do mundo. Portanto, é importante e necessário pensar medidas para coibir atos de intolerância e abordar de forma positiva a diversidade humana. Frente essa realidade se delineou o escopo do presente artigo que busca refletir sobre o papel da educação no combate a intolerância direcionada a imigrantes e refugiados negros que podem experimentar no espaço escolar o *bullying* de essência tanto racista quanto xenofóbica. Como resultado, entendemos que a escola e o professor têm importante papel na integração de imigrantes e no combate ao *bullying*, sobretudo de essência racista. Esse debate deve, portanto, ser recorrente e ampliado, sobretudo nos espaços de formação docente.

Palavras-chave: Educação; imigração; intolerância e xenofobia.

Introdução

A escola, seja concebida enquanto instrumento de dominação ou de libertação, tem grande importância na vida das pessoas e nos rumos da sociedade, pois a forma como as políticas educacionais estão estruturadas reflete o futuro que se almeja. Assim, a escola é a instituição capaz de gerar transformações sociais capazes de romper com estruturas históricas que oprimem uns enquanto privilegiam outros. Construções sociais historicamente forjadas e

¹Estudante de doutorado em Geografia pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8377-2919>. E-mail: aripso543@gmail.com.

² Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731> . E-mail: antonello@uel.br

culturalmente disseminadas podem mudar e a educação pautada no respeito à diversidade e dignidade humana é o primeiro passo.

No caso específico da Geografia, sabe-se que o espaço não é homogêneo, tampouco estático, as relações sociais, os avanços técnico-científicos e as mudanças históricas nos padrões culturais são influenciados e interferem na dinâmica e organização do espaço. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que o espaço é dinâmico e reflete as dinâmicas de dado momento histórico, o campo do conhecimento que se ocupa de seu estudo deve acompanhar as novas tendências para dar respostas efetivas e eficazes aos novos desafios.

Dentre os fenômenos sociais passíveis de serem geograficamente analisados está a migração, um fenômeno social multifacetado que se liga a outros processos de ordem socioeconômica, política, cultural, entre outros. A migração mudou muito na virada para o século XXI, novas variáveis oriundas do mundo globalizado fazem com que o referido fenômeno traga à tona novos desafios e apresenta diferentes arranjos territoriais.

Tendo a educação como um dos principais papéis a necessidade de acompanhar as mudanças sociais e contribuir para a leitura crítica dos alunos sobre questões importantes do contexto histórico ao qual estão inseridos, a presença de imigrantes estrangeiros têm exigido que escola coloque essa questão na pauta do dia, já que a presença de alunos nascidos em outras partes do país e do mundo passa a ser, cada vez mais, uma realidade de muitas escolas.

É dentro deste cenário que se delinea o foco das reflexões apresentadas no presente trabalho que consiste em discutir o papel da educação no combate a intolerância direcionada a imigrantes e refugiados negros que podem experimentar no espaço escolar o *bullying* de essência tanto racista quanto xenofóbica. Assim, tendo essa discussão como norte, o presente ensaio se baseou em um referencial teórico sucinto, porém diversificado, buscou-se a importância da educação no combate à intolerância, sobretudo direcionada a imigrantes, em autores como Eco (2020) e Moura (2013), bem como em Ribeiro (2019) e Carneiro (2011) um olhar especificamente direcionado à dimensão racial.

Breves considerações acerca do papel da escola

Segundo Moura e Alves (2002) em uma sociedade globalizada e capitalista a escola aparece como uma instituição social de importância à medida que a lógica do mercado a concebe enquanto espaço de formação de indivíduos, com as competências mínimas necessárias e exigidas pelo mercado, para serem incorporados ao sistema produtivo. Essa instituição aparece como um “[...] instrumento útil de dominação, pois o que importa é preparar

consumidores e mão-de-obra que “contribuam” com o futuro das empresas e a manutenção do status quo” (MOURA, ALVES, 2002, p. 314).

No entanto, os autores argumentam que este mesmo espaço tem o poder de transformação social, nas suas palavras:

Mas, se, por um lado, a escola (e com ela o ensino de Geografia) continua servindo como aparelho reprodutor das classes dominantes, por outro, constitui-se num local de encontro de diferentes culturas, de diferentes sujeitos sociais, capazes de produzirem suas próprias histórias. Não há como educar para a cidadania se não considerar as lutas que se travam no plano das relações concretas, cotidianas. É a partir daí que começa a construção de uma visão que se impõe à visão de mundo neoconservadora, voltada para o reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão (MOURA; ALVES, 2002, p. 314).

Essa dualidade acerca do papel da escola é só um dos exemplos que os debates sobre os desafios da educação brasileira não são recentes nem simples, a escola é vista por diferentes atores como a instituição capaz de construir as bases do modelo de sociedade que se almeja. Assim, tanto a escola quanto às políticas educacionais, as metodologias e práticas educativas, o processo de formação docente, dentre outros, não são neutros e estão em constante mutação influenciando e sendo influenciadas, dialeticamente pelas mudanças socioculturais, políticas, econômicas e ambientais a fim de dar respostas aos constantes desafios que lhe são impostos.

Dentro da visão de Moura e Alves (2002) e a qual compartilhamos, entendemos que na contemporaneidade novos desafios são impostos para a educação. Para os autores, se entende que as discussões nas disciplinas que compõe o currículo obrigatório da educação básica, como a Geografia, elas têm a função de contribuir na formação do aluno cidadão, aquele que possui nas mãos os instrumentos para ler o mundo e a realidade ao qual está inserido, explorando, portanto, sua capacidade transformadora tanto em sua própria vida, quanto coletivamente.

No caso específico da Geografia, Moura e Alves (2002) entendem que este campo do conhecimento é importante para compreendermos o espaço produzido a partir de diferentes relações sociais, oriundas de pessoas situadas em um determinado tempo e espaço. Portanto, a Geografia é “[...] capaz de contribuir efetivamente com a proposta de educar para o exercício da cidadania” (MOURA, ALVES, 2002, p. 313).

A escola é uma instituição vocacionada à formação humana, capaz de disseminar o conhecimento historicamente construído e acumulado pelo ser humano e contribuir para o desenvolvimento de diversas habilidades necessárias para o crescimento individual e coletivo, como a autonomia e criticidade. Nesse ambiente, em todos os níveis, um fértil campo se estabelece para discutir a diversidade humana e sua relação com as estruturas sociais

historicamente forjadas, dentre as quais, pode-se citar a questão racial, de gênero, a questão das migrações e xenofobia, dentre outras.

No próximo subitem daremos relevo ao *bullying* e a xenofobia de essência racista, direcionada sobretudo a alunos oriundos de países majoritariamente negros que experenciam, desde a mais tenra idade, uma opressão interseccional oriunda tanto de sua condição social enquanto imigrante (ou refugiado) quanto de suas características físicas como o tipo do cabelo e a cor da pele.

O racismo direcionado a crianças migrantes negras: considerações sobre necessidade de intervenção em prol do respeito à diversidade

Quando tratamos do racismo e da aversão a pessoas oriundas de outros lugares estamos falando das diferentes formas que a intolerância pode se manifestar. Eco (2020) ao discutir a problemática das migrações dedica um capítulo para reflexões acerca da intolerância, ele nos explica que a raiz do racismo, integrista e do fundamentalismo é a intolerância, isso porque ela aparece antes de qualquer doutrina e representa a animalidade pura e inerente ao ser humano.

Eco (2020) sustenta sua tese quando diz que atos intolerantes são observáveis no ser humano desde a mais tenra idade e a tolerância é algo que se aprende, a educação tem, portanto, papel fundamental na superação deste mal e construção de uma sociedade mais tolerante. No entanto, é mister salientar que esse processo não finda na fase adulta, a educação deve ser constante e contínua por toda a vida, pois a todo momento nos deparamos com novas situações que mostram a diversidade humana.

No caso da intolerância direcionada aos imigrantes observa-se uma resistência maior a aceitação de indivíduos negros, esses imigrantes enfrentam uma dupla opressão, além de conviverem com a xenofobia ainda tem de lidar com o racismo. Sendo o racismo um problema estrutural, entende-se que ele se faz presente em diferentes estágios de vida das pessoas negras, um dos espaços em que se manifesta de forma mais contundente é na escola, atingindo em cheio crianças e jovens que ainda não tem condições de se posicionar e enfrentar o racismo por conta própria, até porque essa categoria de violência nem sempre é explícita, muitas das vezes se manifesta em micro agressões cotidianas que acabam sendo naturalizadas, outras vezes atuam em âmbito simbólico, na deterioração da autoestima dessas crianças que não vê a história e cultura de seus ancestrais sendo representadas de forma positiva na escola.

Portanto, partindo do pressuposto de que a educação é a forma de enfrentar a intolerância que está na raiz de diversas opressões como o racismo e a xenofobia, e que na

escola o racismo aparece de forma mais nítida, é neste espaço que devem se traçar estratégias eficientes e eficazes para enfrentar de frente o problema.

O racismo que acompanha as crianças negras desde a mais tenra idade no espaço escolar traz diversas implicações negativas, muitas delas se manifestam e os acompanham na fase adulta e podem ser observadas em problemas de autoestima; desinteresse pelo processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar contribuindo para que essa população tenha dificuldades no ingresso ao ensino superior e mercado de trabalho em profissões ainda dominada por pessoas brancas; entre outros.

A presença de atos racistas nas escolas não é novidade, já foi denunciado por vários pesquisadores como Carneiro (2011) que ao tomar como base um trabalho de Eliane Cavalcante observa que os comportamentos discriminatórios, presentes entre adultos, são reproduzidos no espaço escolar inclusive por professores que, ao realizar comentários ou posturas discriminatórias, atingem em cheio o amor-próprio e autorrepresentações de crianças pretas, enquanto que as crianças brancas, ao observar essa dinâmica, acabam interiorizando um sentimento de superioridade; “[...] Estabelece-se, assim, o círculo vicioso de racismo que estigmatiza uns e gera vantagens e privilégios para outros” (CARNEIRO, 2011, p. 76).

Ribeiro (2019) ao compartilhar experiências pessoais, afirma que os primeiros insultos racistas se deram quando tinha cerca de seis anos, na escola, esse *bullying* de base racista atingiu diretamente sua autoestima. Enquanto convivia cotidianamente com esse tipo de violência o mundo apresentado nas aulas era o dos brancos, tratando a cultura europeia como superior. Isso contribui para que desde cedo as crianças brancas se vissem como “normais” enquanto as crianças negras percebem muito cedo sua condição e o lugar que ocupam na estrutura social. “[...] Crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais – que é um lugar de privilégio – acabam acreditando que esse é o único mundo possível” (RIBEIRO, 2019, p. 24).

O racismo é um problema que faz parte da sociedade brasileira de uma forma que mesmo pessoas que não se consideram racistas, podem contribuir para a manutenção do *status quo* de várias formas, quando repetem piadas e falas que reforçam os estereótipos negativos construídos acerca da população negra, quando sexualizam corpos negros, quando não se posicionam frente a atos racistas de terceiros, ou se aproveita de situações que lhes privilegiam por conta da raça. Nesse sentido, “[...] perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis” (RIBEIRO, 2019, p. 33). A escola tem uma grande responsabilidade nesse cenário, pois ao debater a questão racial, contribui para um melhor esclarecimento da questão tanto para

alunos negros que sofrem racismo, quanto para os que o reproduz (de forma intencional ou não).

Sendo a escola uma instituição que é ao mesmo tempo uma aliada em potencial para combater o racismo é um espaço onde o *bullying* de essência racista se reproduz, leis como a 10.639 (BRASIL, 2003) e 11.645 (BRASIL, 2008) representam um avanço.

A promulgação da Lei 10.639 em 2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com intuito de incluir nos currículos do ensino fundamental e médio a História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira, houve uma nova alteração em 2008, dessa vez, pela Lei 11.645, para incluir a população indígena. É importante ressaltar que essas leis são conquistas históricas dos movimentos sociais que demandaram que a história e a cultura dos povos que ajudaram construir esse país fossem abordadas de forma positiva, as leis se tornam dispositivos para reparar os danos historicamente causados, desde o período colonial, a identidade dessa população, que não se restringe ao âmbito simbólico, na construção de estereótipos negativos mas, também, na falta de oportunidades no acesso à educação, mercado de trabalho, moradia, entre outros. Portanto, as leis são fundamentais na luta antirracista.

O fato dessas leis terem sido decretadas não significa que vêm sendo satisfatoriamente aplicadas, é possível mapear desde a resistência por parte dos professores até a discussão insatisfatória do tema nos livros didáticos. As referidas leis devem ser apreendidas como uma oportunidade de resgatar a importância histórica da população negra na formação socioterritorial brasileira. A valorização da dimensão racial nas análises que envolvem as assimétricas relações de poder e como as mesmas se manifestam no espaço, a partir das desigualdades sociais, permite que o aluno compare diferentes tempos e espaços e conclua que o racismo se faz presente desde a colonização, se mantendo, portanto, como um problema estrutural.

A resistência dos professores muitas vezes não é de má-fé, na verdade se relaciona ao fato de o processo de formação nas licenciaturas negligenciar esse tema. Assim as leis que à primeira vista são uma oportunidade para enriquecer as aulas se tornam um desafio. Ao denunciar as mazelas sociais causadas por uma sociedade que tem como um dos alicerces que a sustenta a desigualdade ligada a raça, os professores ajudam os alunos, sobretudo os negros, a conhecer suas origens, as lutas por equidade de direitos empreendidas por homens e mulheres pretos e a necessidade de busca a manutenção e ampliação desses direitos.

Além disso, a partir de aulas que valorizem a história e cultura africana e que toquem na ferida do racismo, os alunos brancos vão aprender a reconhecer seu papel na hierarquia racial e seus privilégios sociais, vão poder ser parceiros de luta na busca por uma sociedade mais

igualitária mas, sempre respeitando o lugar de fala e o protagonismo de homens e mulheres pretos e por fim, compreender que não basta que não sejam racistas, é preciso ser antirracistas e se policiar para não reproduzir práticas racistas e cotidianamente desconstruir seu pensamento e práticas que foram involuntariamente internalizadas.

O processo para lograr esses objetivos em uma Geografia escolar que debata o racismo e busque a construção de sujeitos ativos, autônomos e críticos que se posicionem e contribuem para a luta antirracista não é uma tarefa fácil, Ribeiro (2019) nos dá algumas dicas de como proceder, dentre elas está a necessidade de desconstruir a imagem do negro, sobretudo escravizado, como seres passivos frente às opressões.

Também é preciso que não se tenha medo de enfrentar situações racistas em sala de aula, pois:

Devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não deve ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos – mais grave é não reconhecer e não combater a opressão. (RIBEIRO, 2019, p. 21 – 22).

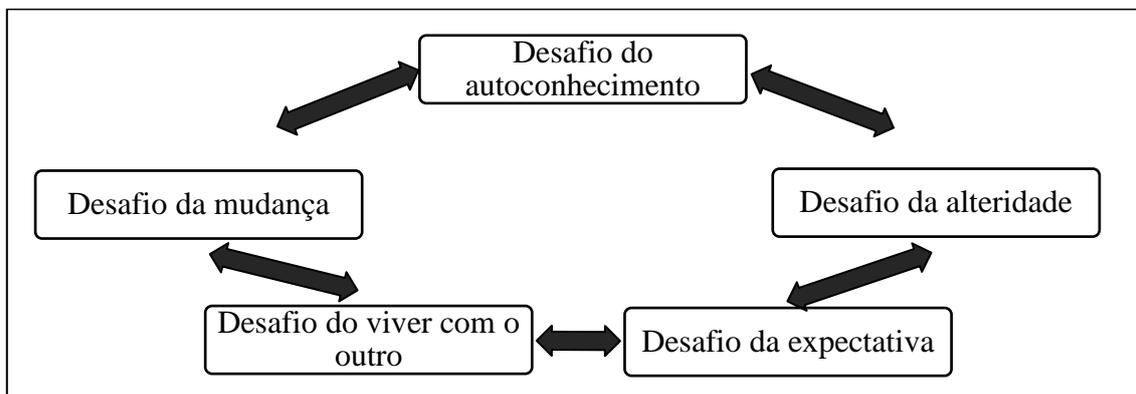
Portanto, retornando à Eco (2020) a intolerância é perigosa, uma vez que é a base de diversas manifestações sociais opressoras, sendo um exemplo de animalidade pura, que não pode ser combatida com argumentos racionais, já que ela parte de um lugar irracional, sem pensamento. A única possibilidade de fazer frente a intolerância é a partir da educação constante e para toda a vida, “[...] que tenha início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais (ECO, 2020, p. 52 - 53).

O próximo subitem terá como objetivo principal discutir o papel da educação no processo de inclusão e integração de crianças imigrantes, bem como no combate ao *bullying* de raiz racial e xenofobia. As discussões se desenvolvem a partir das ideias de Moura (2013) que elenca cinco desafios para a educação contemporânea. Se buscará mostrar como por meio deles se pode construir um espaço escolar que valorize e respeite a diversidade humana.

A inclusão e integração de crianças imigrantes como desafios contemporâneos

As reflexões apresentadas neste item tiveram como base o texto da professora Jeani Delgado Paschoal Moura intitulado “Pilares da educação para o século XXI: Desafios contemporâneos para a formação docente”. Os cinco desafios da contemporaneidade para a educação e formação de professores podem ser observados na figura 1.

Figura 1: cinco desafios contemporâneos para a formação e educação



Fonte: Moura (2013); **Organizado por:** o próprio autor

Moura (2013) nos explica que o “**desafio do autoconhecimento**” é uma reflexão profunda acerca da identidade e práxis do professor, o autoconhecimento tem potencial transformador, tanto para o professor quanto para a sociedade pois, levando em conta o fato de este profissional ser mediador da educação formal e um dos atores envolvidos do processo de ensino-aprendizagem, a reflexão sobre si repercute em seu engajamento em ações socioeducativas, relacionadas a sociedade que ele almeja.

O segundo desafio, o da **alteridade**, é para Moura (2013) o aprendizado na busca pelo conhecer o(s) outro(s), que pode se apresentar de múltiplas formas. No caso do “outro” por nós proposto, pode ter diferentes cores e origens, o desafio alteridade é, portanto, o desafio de superar as intolerâncias frente a diversidade humana. Todos são diferentes e merecem respeito.

Já o **desafio da expectativa** é para Moura (2013) o estímulo para o aprendizado, é importante notar que “estimular” não é sinônimo de “obrigar”, o professor deve assumir a tarefa, muitas vezes difícil, de fazer aflorar a vontade de acessar cultura e ciência. Os sinais de que esta vontade aflorou pode se manifestar de diferentes formas como na formação de leitores interessados e críticos e na formação de pessoas ativas e que contribuem de alguma forma na transformação social.

Outra grande questão tem a ver com o ato de **viver com o outro**, que Moura (2013) entende como um dos maiores desafios sociais, as dificuldades de relações entre os pares

repercutem em diversas esferas como nos espaços de educação. Frente a esta questão, a autora balizada por um trabalho de Anastasiou (2013)³ nos apresenta alguns passos para a construção de ambientes saudáveis e equilibrados dentre os quais se destaca a necessidade de conhecer e aprender lidar com a diversidade dos grupos que integramos.

Quanto ao último desafio, o **desafio da mudança**, Moura (2013, p.26) nos explica que ele “[...] resgata os anteriores na medida em que o desejo de dar um passo para a mudança, se alimenta das aprendizagens anteriores que ensejam grandes rupturas no plano pessoal e profissional”. O desafio da mudança implica em se posicionar em prol de soluções de problemas impostos pela sociedade e que demanda respostas das políticas educacionais e profissionais da área.

Após compreender cada desafio fica claro a potencialidade de relacioná-los com diferentes demandas sociais, dentre eles as migrações, tema em tela neste debate. A discussão da referida temática, bem como a presença de alunos imigrantes que muitas vezes são oriundos de lugares com uma população majoritariamente negra, exige que o professor reflita e desconstrua os próprios preconceitos, construídos e carregados de forma involuntária na maior parte das vezes, mas que pode se manifestar de forma simbólica, via micro agressões cotidianas ou omissão frente ao *bullying* de essência racista e xenofóbica.

Esta questão já foi abordada por outros autores como Ribeiro (2019) que no capítulo intitulado “perceba o racismo internalizado em você” argumenta que a maioria das pessoas admitem o racismo no Brasil, no entanto ninguém se assume racista demonstrando que, essa contradição demonstra que as pessoas não refletem o fato de que o racismo, pelo fato de ser um problema estrutural, está internalizado mas nem sempre se manifesta de forma direta, ela explica que “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (RIBEIRO, 2019, p. 38).

Ribeiro (2019) explica ainda que esta internalização involuntária faz com que o combate a nossos preceitos seja longo e doloroso e exige que as pessoas estejam sempre atentas às suas atitudes e busquem conhecimento.

Portanto, o professor que busca o autoconhecimento, localiza seus preconceitos e se propõe a desconstruí-los pode motivar e guiar outros sujeitos no mesmo processo que é difícil, pois como observou-se as intolerâncias, nas diferentes formas em que se manifestam, são social e historicamente disseminadas, demandam uma preocupação constante na construção de uma sociedade tolerante e igualitária. Uma práxis transformadora, que respeite e valorize a

³ ANASTASIOU, L. **Curso de Gestão**. Ministrado ao Grupo de Estudos em Práticas de Ensino (GEPE). Londrina: PROGRAD/UEL, 2013.

diversidade humana exige que primeiramente pensemos criticamente nossa própria visão de mundo.

No caso dos espaços formais de educação como a escola, aquele que está na posição de educador tem a incumbência de conhecer seus alunos que na abordagem construtivista também são sujeitos ativos no processo educacional, o educador deve conhecer os anseios, fragilidades e dificuldades dos alunos. Adicionamos o conhecimento de seus preconceitos, no qual se encontra a resistência em aceitar o “outro”, a partir deste diagnóstico o professor pode traçar estratégias mais adequadas de intervenção. Essa concepção vai de acordo com a de Moura e Alves (2002) quando dizem:

O educador, comprometido com a transformação social, precisa buscar, nas dificuldades dos seus educandos, uma didática que surja dessa ação, e que, na prática educativa, o diálogo gerado entre educando e educador possa mostrar caminhos para a construção de uma pedagogia crítica e comprometida com a parcela da população marginalizada pelo sistema capitalista de produção. Assim, através da socialização do saber, que a escola passe a cumprir melhor seu papel, contribuindo com o desenvolvimento social, econômico, cultural, tecnológico e político de toda a sociedade (MOURA; ALVES, 2002, p. 317).

No caso dos imigrantes e da diversidade humana é fundamental que o professor incentive o interesse e o respeito dos estudantes às diferentes culturas representadas pelos alunos estrangeiros, para que entendam que eles somam e não subtraem já que a partir deles podemos acessar diferentes espacialidades, temporalidades e vivências quando escutamos seus relatos orais, pesquisamos sobre a geografia, história e cultura desses lugares ou utilizando outra metodologia. Independentemente da forma, o começo é o estímulo ao aprendizado.

Este é um dos muitos caminhos para alcançarmos este modelo de educação e sociedade almejado, soma-se a ele uma das propostas de Moura e Alves (2002, p. 315) que é “[...] tornar o conhecimento científico acessível ao educando, ‘falar a sua língua, ou uma língua que ele entenda’”. É importante considerar e valorizar o conhecimento prévio que os alunos já detêm e apresentar outras formas de pensar, baseadas no conhecimento científico historicamente sistematizado.

Portanto, se faz necessário que o conhecimento não seja dado como algo pronto, mas um “conhecimento em movimento” que acompanhe as contradições da sociedade atual. Deve-se buscar discutir em sala a realidade social que é dialética, que apresenta desigualdades sociais que foi constituída historicamente, e não como um dado pronto, natural (MOURA, ALVES, 2002, p. 315).

Portanto, mapear o que pensar acerca do fenômeno migratório e intervir a partir do que se recebe dos alunos é uma prática com potencialidade para dar o norte a ser seguido pelo educador.

Além do que já foi exposto e conforme nos explica Moura e Alves (2002) observa-se uma constante preocupação com a necessidade de o ensino de Geografia superar os conteúdos preestabelecidos nos currículos, frente aos desafios da contemporaneidade, sendo fundamental um processo educativo comprometido com a formação política dos educandos. Destarte, entendemos que adultos que não tiveram acesso a uma educação libertadora, que preza pela dignidade e respeito a diversidade humana têm mais dificuldades para conviver com o outro, sobretudo quando este “outro” tem uma diferente cor, origem, identidade de gênero, orientação sexual; estas pessoas passam seus preconceitos para os seus filhos, fazendo com que a intolerância e todas as formas de preconceito formem um círculo vicioso, que só a escola tem força para romper.

Sabemos que o contexto sociopolítico que o Brasil atravessa torna a vida de todos pensam criticamente mais difícil, há desde grupos anti-vacina até os que defendem a terra plana, falar sobre gênero na escola se tornou perigoso, professores são vigiados e políticas como “escola sem partido” ameaçam a autonomia e dignidade da classe. Portanto, assumir uma postura como a defendida neste trabalho é um ato político corajoso e necessário, pois é na escola que a maioria terá acesso a estes debates e levará para a vida o respeito à dignidade e diversidade humana.

Reflexões finais

Conforme foi exposto no presente artigo a escola é uma instituição social muito importante que reflete o modelo de sociedade que se almeja no futuro, o processo educativo necessita acompanhar as transformações sociais dentre as quais se destaca a maior mobilidade internacional de população e a presença cada vez mais constante de alunos oriundos de outras partes do mundo em sala de aula.

Muitos alunos que passam a integrar o corpo discente são imigrantes oriundos de nações majoritariamente negra, onde a cor da sua pele era regra não exceção, situação que muda no território brasileiro e faz com que eles tenham que enfrentar, pela primeira vez, uma opressão cruzada, o racismo e a xenofobia.

É neste cenário que o papel da escola enquanto ferramenta na construção de conhecimento, criticidade e respeito à diversidade humana fica mais nítida, sendo o lócus para

a formação de adultos que se coloquem como atores políticos contra atitudes e representações estereotipadas e pejorativas de populações que não integram os grupos hegemônicos. Nesse sentido, munir os professores para encarar essa empreitada é responsabilidade dos cursos de formação, tanto nas licenciaturas quanto nas especializações.

A questão racial é um tema necessário no processo educativo, pois além de ser fundamental para entender com mais profundidade a sociedade brasileira e os problemas sociais enfrentados hoje como herança de políticas racistas, após anos de luta dos movimentos sociais, houve a promulgação da Lei 10.639 em 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com intuito de incluir nos currículos do ensino fundamental e médio a História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira, houve uma nova alteração em 2008, dessa vez, pela Lei 11.645, para incluir a população indígena.

A escola assume um papel de destaque na potencialidade em atuar como uma instituição antirracista e essa postura pode se dar de várias formas como: (1) demandando materiais para balizar aulas acerca da questão racial como livros de literatura infantojuvenis com personagens e escritos por autores negros; (2) analisando com cuidado e escolher os livros didáticos que contemplem de forma mais satisfatória a cultura africana e afro-brasileira e demais temas ligados a questão racial; (3) incluindo a História e Geografia da África nas aulas de forma positiva; (4) combater casos de *bullying* essencialmente racistas; (5) contribuir no empoderamento e autoestima de crianças negras a partir do tratamento positivo das características e estética negra; (6) mostrar para as crianças negras a importância de exigir respeito e quais são os instrumentos para denunciar e combater o racismo; (7) mostrar para as crianças e jovens brancos a importância e necessidade de se colocarem como parceiros na luta antirracista, entre outros.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 08 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em: 08 mai. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

ECO, Umberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal. ALVES, José. Pressupostos teórico-metodológicos sobre o ensino de geografia: elementos para a prática educativa. **Geografia**, Londrina, v.11, n. 2, p. 309-319, 2002.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal. Pilares da educação para o século XXI: Desafios contemporâneos para a formação docente. In: MOURA, Jeani Delgado Paschoal *et. al.* (Organização). **Práticas em educação socioambiental**. Londrina, UEL, 2013, p. 23-28.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.